

■ POLÍTICA

Dresdner Bank Lateinamerika

EFICIÊNCIA ALEMÃ,
AGILIDADE BRASILEIRA

Erro na taxação das bolsas desgasta o governo

José Casado
de Brasília

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, não há quem assuma a autoria. No Congresso, ninguém duvida: foi uma manobra da área econômica com alvo certo, objetivos claros, mas de resultado político desastroso para o governo.

Na próxima semana, o presidente da República deverá reeditar meia centena de medidas provisórias. É possível que nesse conjunto apareça uma, recém aprovada, aumentando o Imposto de Renda sobre os salários e os investimentos de renda fixa variável (fundo de ações).

Fernando Henrique, presidente candidato à reeleição, seria obrigado a assinar de novo o aumento de imposto sobre os salários, durante o ano eleitoral. Mas, dessa vez, preservando o capital. É a forma possível para mudar-se esse o governo assim desejar — aquilo que virou lei aprovada pelo Congresso, na noite da última terça-feira. Por iniciativa do próprio governo. E pelas mãos de seus líderes.

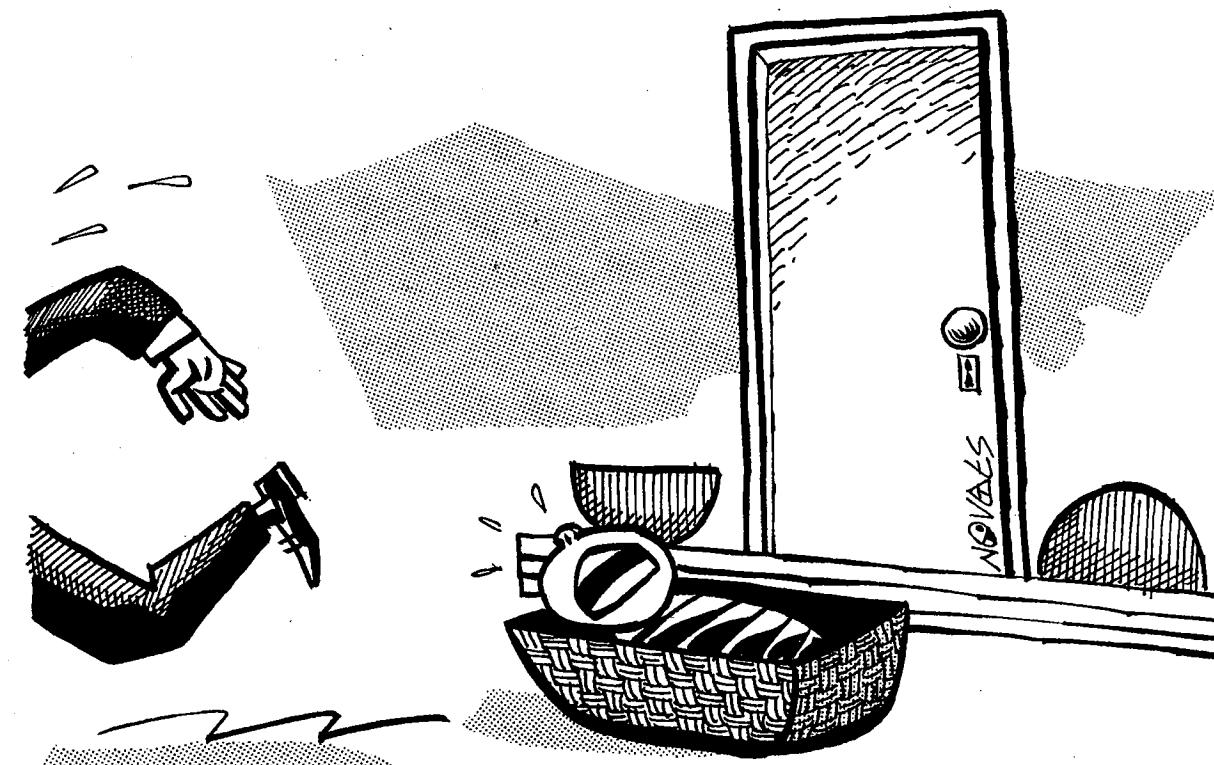
Até lá, o "pacote" fiscal lançado mês atrás continua sendo uma obra aberta. É uma das consequências da "trapalhada" — como ministros, deputados e senadores classificaram a manobra da área econômica do governo, no início da semana.

Foi o primeiro caso, desde o Plano Cruzado, de um "pacote" econômico em que Congresso desfez aquilo que o governo apresentou na forma de lei com vigência imediata. O Legislativo obrigou o Executivo a refazer tudo que considerava politicamente relevante, na perspectiva da eleição do ano que vem.

Alterou a ordem dos fatores, como o caso do aumento do imposto sobre os salários. Sem alterar o produto final, deu ao governo as condições necessárias para reduzir o déficit operacional, na escala pretendida.

A ação dos aliados do governo, sob a iniciativa das facções mais

Medida atenderia a interesse da Receita em obter informações sobre os estoques de capital que circulam nos pregões



conservadoras, acabou imobilizando a oposição. No primeiro momento, ela ficou exposta e emudecida diante do eleitorado.

Depois de uma dura negociação entre o presidente da República e seus aliados, o Ministério da Fazenda entregou ao deputado Fernando Brant (PSDB-MG) o texto final da Medida Provisória sobre o aumento do Imposto de Renda. Menos de 24 horas depois, ele apresentou seu relatório (100 páginas) ao plenário para votação.

Certos da vitória por acachapante maioria, os aliados governistas até inverteram a pauta de votações na sessão do Congresso, na noite da última terça-feira. O aumento de imposto passou à frente de todo o resto do pacote.

Depois da votação, descobriu-se que os congressistas haviam aprovado aumento da taxação não apenas sobre os salários, mas também sobre o capital aplicado em bolsas de valores. Na aparência, era o contrário do que o governo desejava. E o erro fora cometido pelo Congresso.

Na vida real, foi diferente. No preparação do texto final, entre a Fazenda e a Receita Federal, alguém incluíra o aumento do imposto sobre investimentos em renda variável. Atordoado, o deputado Brandt não encontrava explicações. Uma jornalista perguntou-lhe: "Mas, deputado, o senhor não leu?". Ficou sem resposta.

Na manhã de terça-feira, o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, preocupou-se em pedir

desculpas ao deputado. O titular, Pedro Malan, já viajara para o Chile. Brant e líderes do governo no Congresso estavam perplexos.

Atribuíram a autoria à Secretaria da Receita, onde, habitualmente, nada se faz sem prévia consulta do secretário Everardo Maciel ao ministro da Fazenda.

Por coincidência, há tempos Maciel vinha propondo uma ação mais ampla do fisco sobre o trânsito de capitais em bolsas. O retorno a ser obtido em termos de arrecadação (cerca de 5% do volume de recursos movimentados) não seria tão expressivo.

Muito mais valioso, para a Receita, seria a abertura desse mercado à ação do fisco, sempre interessado na identificação dos proprietários do es-

toque de capital que circula entre os pregões de São Paulo e Rio.

Os aliados do governo sentiram o golpe. "O governo dinamitou seus líderes, numa trapalhada, para atingir o Legislativo" — ironizou o deputado Delfim Netto (PPB-SP). "Grande Maciel", repetia pelos corredores da Câmara o deputado Paulo Bernardo (PT-PR): "A taxação do capital era tudo o que a oposição desejava e até já tinha proposto". Referia-se a um projeto-de-

lei com idêntico objetivo, de autoria do deputado Milton Temer (PT-RJ).

Para alguns dos líderes governistas, a área econômica do governo tentou dar-lhes o troco pela forma dura como atuaram na negociação das mudanças no "pacote". Sucediam-se críticas veladas e negativas mútuas. No final da jornada de ontem só havia uma certeza: na Esplanada dos Ministérios ninguém acredita em desmentidos.